

A Construção do Estado-Nação em Cabo Verde

Neste capítulo discutiremos como o processo de formação da identidade cabo-verdiana se institucionalizou no Estado-Nação², resultado de uma particularidade socio-histórica que se iniciou com as disputas preconizadas entre os colonizadores portugueses e os nativos nascidos no arquipélago, ou seja, os “filhos da terra”, a partir do século XVII³.

O estudo sobre a construção do Estado-Nação em Cabo Verde levanta questões importantes pelo que iremos recorrer a depoimentos de intervenientes no processo de conformação. Como principal resultado do estudo verifica-se a afirmação de um «sentimento nacional» progressivo que no decorrer dos séculos se conforma, ora por resistência, ora por conformação com o legado colonial, e em particular por via de uma elite cultural ambivalente no pensamento e na sua ação discursiva-literária (entre a

² Cabo Verde situa-se numa posição geoestratégica privilegiada entre o Equador e Trópico de Câncer. Cobre uma área total de 4.033km² de superfície marítima e encontra-se situada a 500 km da costa ocidental africana. O arquipélago é constituído por um conjunto de dez ilhas, divididos em dois grupos: o de Sotavento, abarcando as ilhas da Brava, Fogo, Maio e Santiago; e o grupo de Barlavento e, de que fazem parte Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Boavista, Santa Luzia e Sal.

³ Se, por um lado, após o povoamento das ilhas do arquipélago, já se arquitetava uma identidade cabo-verdiana, ainda que de forma incipiente, por outro, esta mesma identidade permitiu, ao longo do tempo, a construção do Estado-Nação, que ainda se encontra em processo de consolidação.

autonomia e a adjacência), que almejava alcançar a autodeterminação e independência da Nação cabo-verdiana, o que viria a ocorrer no ano de 1975⁴.

A identidade da nação cabo-verdiana, uma proposta para o seu estudo.

A construção do Estado-Nação em Cabo Verde encontra-se aliada a inúmeros episódios de revoltas populares, que consistiram em protestos contra o regime e opressão colonial e se traduziram em processos de cariz emancipatório de resistência às pressões fiscais e às formas de hostilidade entre proprietários, morgados e/ou rendeiros e os escravos⁵. Ante este cenário, revela-se fundamental reconstruir o caminho histórico, de forma a se perspetivar novas abordagens acerca da problemática. O estudo sobre a questão da formação da identidade nacional, mesmo delimitada pela formação do Estado-Nação, pressupõe que o consideremos como um facto social total. “Nesses fenómenos sociais ‘totais’, como propomos chamar-lhes, exprimem-se, ao mesmo tempo e de uma só vez, toda a espécie de instituições: religiosas, jurídicas e morais” (Mauss, 2011: 55), tendo a investigação reunido elementos que possibilitem esta leitura abrangente, como a recolha de materiais que expressam interpretações acerca da construção do Estado-Nação, edificado após a independência. Para o efeito utilizaremos memórias de atores políticos e sociais que tiveram um papel destacado nesse processo. Com o intuito de cimentar algumas questões que ficaram em aberto dos dados anteriores, procedemos a entrevistas semiestruturadas a diferentes personalidades, constituindo-as como elementos estruturantes que nos permitem elucidar sobre questões inerentes ao processo de construção do

⁴ No período em que se afirmam os precursores da independência, cujo objetivo se centrava na formação dos jovens, sensibilizando-os para a ideologia política independentista, transmitindo-lhes os valores culturais da nação, sobretudo através das manifestações culturais próprias, como a música e o crioulo, ou a ideia da condução do destino pelas “próprias mãos”. Logo após a independência, foram introduzidos os símbolos e as armas nacionais, a bandeira e o hino e as primeiras noções de “amor à pátria”, que estavam presentes em todas as atividades comemorativas nacionais. Deu-se, igualmente, ênfase à alfabetização e instrução, incutindo nos jovens o sentimento de pertença a uma identidade específica. O processo de formação da identidade cabo-verdiana deu lugar a um fenómeno local observável a partir de uma perspetiva de alteridade – “o nós e os outros” – com destaque para os estereótipos “badiu”/“sampadjudu” e “africanistas”/“europeístas” configurados pelo processo histórico.

⁵ Em particular destacamos a de 1822 nos Engenhos, a de 1836 na Praia, a de 1841 na Achada Falcão, a de 1847 no Sal, a de 1886 em Santo Antão, a de 1910 em Ribeirão Manuel, a de Achada Portal em 1920 e as de São Vicente nos anos de 1929 e 1934.

Estado-Nação em Cabo Verde. Acedemos a informantes-chave através das entrevistas, principalmente do tipo qualitativo, privilegiando especialistas que, direta ou indiretamente, estiveram envolvidos no estudo desta problemática, com os depoimentos devidamente identificados. Recolheram-se ainda informações em revistas, jornais e periódicos como o da *Voz de Cabo Verde*, o da *Revista Claridade* e *O Manduco*, dando, deste modo, especial relevo ao pensamento da elite cultural da época (pré-*Claridosos* e *Claridosos*⁶) que se demarcou na esfera pública cabo-verdiana e que conduziu ao aparecimento de um pensar acerca das preocupações sociopolíticas da realidade do arquipélago.

Sugere-se um raciocínio socio-histórico, em que se procura, especificamente, analisar as particularidades a respeito da formação da identidade, à luz dos paradigmas históricos e sociológicos e descrever os processos de estruturação social e económica nos séculos XVI e XVII. Esta análise permitirá salientar o papel da cultura cabo-verdiana oriunda de contributos de populações africanas e europeias, onde a população branca, negra ou «mestiça» acabou por assimilar os valores transmitidos pelos seus precursores, tendo isto permitido uma maior «coesão nacional». Posteriormente pretende-se compreender o debate contemporâneo que existe acerca da identidade cabo-verdiana que, para uns, resulta de ajustamentos geográficos e históricos e, para outros, do «sentimento de pertença» de Cabo Verde à Europa ou África.

Esta ambivalência acentua-se na discussão dos que defendem uma maior aproximação ao espaço europeu, e outros que são da opinião de que deveria existir uma maior integração de Cabo Verde no contexto africano. Porém, é possível identificar um conjunto de autores que não se revêm somente com a perspetiva africana, nem apenas com a europeísta, mas que

⁶ Os *Claridosos* constituem um grupo de poetas, linguistas, ensaístas, ficcionistas e escritores que surgiu na década de trinta do século XX, marcados pela fundação da Revista *Claridade* que ocorreu em 1936 na ilha de São Vicente. Do grupo destacam-se três personalidades: Baltazar Lopes da Silva, natural de São Nicolau, Jorge Barbosa, da Ilha de Santiago e Manuel Lopes, da Ilha de São Vicente. Estes foram expoentes da corrente regionalista e defendiam a identidade cabo-verdiana a partir da valorização do homem nascido no arquipélago. Consideravam que o mesmo tinha sido marcado pela predominância dos resíduos culturais europeus. Os *Claridosos* propunham apresentar a identidade nacional a partir da literatura cabo-verdiana e, apesar de defenderem as particularidades de cada ilha, consideravam o arquipélago como uma região de Portugal tal como o Minho ou o Algarve. O seu principal projeto era o de “*fincar os pés na terra*”.

se enquadram na categoria de “singularistas”. Trata-se dos que reconhecem e caracterizam Cabo Verde como sendo único e/ou excecional no contexto africano, pelo facto de resultar de uma síntese cultural e étnica de diferentes contingentes populacionais oriundos da África e Europa, e que deu origem ao homem cabo-verdiano nestas ilhas. Neste quadro, a presente investigação foca-se na seguinte pergunta de partida: tendo em conta o peso dos fatores geográficos, sociais, culturais, económicos, administrativos e políticos que contribuíram para a formação da identidade e da sociedade cabo-verdiana, poder-se-á considerar Cabo Verde como um Estado-Nação, que se demarca no contexto africano?

Deste modo, surgem algumas proposições hipotéticas: primeira, Cabo Verde é tida no contexto africano, do ponto de vista da formação da identidade e construção do Estado-Nação, como um caso singular pelo facto de ter sido o «mestiço», e não o branco, a se estabelecer como principal sujeito da história do arquipélago, a partir do século XVI (Cabral, 2015). Em Cabo Verde, conseguiu criar-se algo muito característico de influências antropológicas, sociais e físicas provenientes da Europa e da África. De uma amálgama criou-se algo próprio, efetivamente cabo-verdiano, e que acabou por diferenciar quer do continente europeu, quer do africano⁷; segunda, o Estado-Nação em Cabo Verde é singular pelo facto de a Nação preceder, em séculos, a criação do Estado independente, o que a diferencia da maioria dos países africanos da antiga metrópole portuguesa, onde o Estado é que tem vindo a promover a formação da Nação e a estruturação de uma cultura nacional.

O passado no presente: história do arquipélago de Cabo Verde.

Contextualizar Cabo Verde na História exige que se caracterizem os aspetos mais importantes desde a sua génese, de modo a perceber-se como foi processada a formação e a configuração identitária desde o povoamento até à atualidade. Desde o seu descobrimento, conheceu uma realidade díspar daquelas que se verificaram em outros territórios sob administração portuguesa. A diferença encontra-se, particularmente, no facto de Cabo Verde ser um território sem registo de que tenha havido vestígios de presença humana, aquando da sua descoberta (Cadamosto, 1944). Esta questão é *sui-generis*, na medida em que, quando foi descoberto não era

⁷ Entrevista a Marina Ramos, 23 de Novembro 2014, Mindelo, Cabo Verde.

povoado, tendo-se a potência colonial aventurado a fixar-se no arquipélago, a povoá-lo e a criar estruturas de permanência que serviram, como “laboratório” de aculturação (Lopes Filho, 2003: 81).

Cabo Verde é um Estado-Nação em oposição à situação predominante da heterogeneidade da maioria dos países africanos, onde a sociedade compreende a existência de inúmeros grupos étnicos ou diferentes religiões e culturas. As ilhas foram descobertas entre 1460 e 1462 por navegadores ao serviço da Coroa Portuguesa, nomeadamente António da Noli e Diogo Gomes, que através da Carta Régia de 3 de Dezembro de 1460 receberam o título oficial de descobridores (Carreira, 1983). A ilha de Santiago, assim como a ilha do Fogo foram as primeiras a serem habitadas (1461). Depois inicia-se o povoamento da ilha do Maio (1490), da ilha da Brava (1545) e, posteriormente da ilha de Santo Antão (1548). No século XVII foram povoadas as ilhas da Boa Vista (1620) e de São Nicolau (1623) e, por último, as ilhas de São Vicente (1795) e do Sal (1893) (Tolentino, 2007: 216-217).

Na opinião de Carreira (1983), foi graças à Carta Régia de 12 de Junho de 1466 e à Carta de Declaração e Limitação dos Privilégios de 1472, que a ilha de Santiago foi povoada. Este povoamento é resultado de uma contribuição de europeus e africanos. Porém, esta mesma contribuição esteve interligada com uma relação de conflito e de resistência relativamente às práticas impostas pelo colonizador. Na visão de Davidson (1988) o tráfico de escravos contribuiu efetivamente para a estruturação socioeconómica do arquipélago e para autonomia económica dos colonos em relação à Coroa Portuguesa.

A partir dos finais do século XVIII, com o progressivo crescimento e afirmação dos mulatos, que viriam a constituir a «elite local», o grupo minoritário branco perde a sua importância na administração local. No início do século XIX, segundo os dados de recenseamento, Cabo Verde contava com um número acentuado de habitantes negros e mulatos, 5.109 pretos escravos, 27.290 pretos forros, 25.250 mulatos e apenas 1.752 brancos (Chelmicki & Varnhagen, 1841). Esta perda de importância dos brancos em relação à administração local deve-se, sobretudo, ao facto de no final do século XVIII estes terem que abandonar o arquipélago por considerarem que a fixação nesse território deixava de ter atractivos, não só por motivos relacionados com as restrições impostas pela Coroa portuguesa, como também por se tornar difícil sobreviver numa região inóspita com as suas

subsequentes secas e fomes (Carreira, 1972). Em consequência deste êxodo, os mestiços passam a ser os principais agentes administrativos e culturais do arquipélago.

A formação da identidade mestiça

No processo da formação da identidade cabo-verdiana, a aproximação entre as duas civilizações (europeia e africana), condicionada pelo processo histórico e pelas características climáticas e geográficas, deu origem a uma identidade singular, resultado de uma síntese e de cruzamento de mais de cinco séculos e meio. Na perspetiva de Lopes Filho (2003), do ponto de vista cultural, estas duas civilizações acabaram por se afastar de forma gradual do seu tronco original. Desse cruzamento de culturas “eclodiria uma nova identidade – a cabo-verdianidade” (Peixeira, 2003: 61). Neste processo verificou-se, de facto, uma perda de referências étnicas, raciais e de ascendência. Vive-se apenas daquilo que se refez a partir dessas heranças, que se personalizam e ganham consciência de si próprios no imaginário do antigo império português⁸. Em consequência de todo este processo, surge o mestiço, que passou a assumir uma forma de estar, de viver e de se expressar diferente dos colonos e dos escravos, e foi assim que veio posteriormente a definir-se a tal cabo-verdianidade⁹.

Na sequência do afastamento da camada branca economicamente bem posicionada, segundo Silveira (2005) sobressai um outro importante grupo social, o dos mestiços, que de forma paulatina começa a reivindicar um estatuto especial no âmbito da colonização portuguesa. Por encerrar na sua génese princípios de miscigenação, o mestiço passa a contribuir para a afirmação de uma cultura e uma identidade singular moldada num processo de fusão que se enquadra na perspetiva de culturas híbridas apresentada por Canclini (2011).

Neste processo de hibridação, de fusão, existem contradições e conflitos gerados pela interculturalidade, o que de facto, contribui e gera, de forma positiva, novas estruturas e novas práticas determinantes para a formação de uma sociedade, neste caso a sociedade cabo-verdiana. O cruzamento entre o «homem branco» e a «mulher negra», que teria como resultado o «filho bastardo», contribuiu para a formatação da sociedade

⁸ Entrevista a António Correia e Silva, 14 de Agosto de 2014, Praia, Cabo Verde.

⁹ Entrevista a Olívio Pires, 20 de Novembro de 2014, Mindelo, Cabo Verde.

cabo-verdiana. O «filho bastardo» pretendia apropriar-se dos elementos materiais e simbólicos/espirituais do pai, nomeadamente o gozo de honras, riquezas e liberdades¹⁰. Os mestiços, ou seja, os “filhos da terra” passam a destacar-se no âmbito da literatura e da cultura, ocupando importantes cargos a nível político e administrativo.

Da génese à afirmação do Projeto Nacional Cabo-Verdiano

A construção da Nação em Cabo Verde constitui “um fenómeno raro em África, já que em Cabo Verde a Nação precedeu o Estado, e foi mesmo a pré-existência dessa Nação que acabou por reivindicar a criação do próprio Estado” (Pereira, 2011: 27). Na opinião de Jorge Carlos Fonseca (2012: 47) “muito antes da luta (de independência) já existia uma Nação cabo-verdiana, mais ou menos sólida, com critérios de identidade próprios, designadamente a língua, o modo de ser e de estar, as tradições e a cultura”. Silveira (2005: 103) pontualiza de forma mais clara a questão da formação política; “a Nação cabo-verdiana, forjada em condições materiais precárias e sociais dolorosas, esperou cerca de dois séculos para ser Estado, o que só ocorreu em 1975”.

A emergência da Nação cabo-verdiana coincide com a afirmação do homem das ilhas, nomeadamente a partir do século XVIII, em que este reivindica os seus direitos perante a metrópole portuguesa e tomando a consciência de si e da sua identidade. De forma evolutiva e com o decorrer do tempo, começa a emergir em Cabo Verde aquilo que poderia ser designado como sentimento nacional, nomeadamente com o aparecimento do fenómeno da fuga de escravos, das revoltas dos camponeses pobres, dos “protestos de comerciantes nativos e da própria administração local, face ao abandono da metrópole” (Graça, 2007:39).

A partir do século XVIII, presencia-se uma relativa coesão nacional que contribui de forma direta para a construção do Estado-Nação. Parte significativa da elite letrada cabo-verdiana acredita que a fusão cultural, ou mesmo a mestiçagem, deve ser compreendida como um elemento estruturante que permitiu a construção de uma unidade nacional, antes da implementação do Estado (Anjos, 2003). Se assim é, significa que a identidade cabo-verdiana, fruto de um contexto de cruzamento entre povos e culturas, apresenta as

¹⁰ Entrevista a Gabriel Fernandes, 27 de Agosto de 2014, Assomada, Cabo Verde.

suas especificidades, que se manifestam através de um conjunto de elementos: a) língua, b) música, c) gastronomia, d) religião, e) casamento, f) sementeira e g) rituais fúnebres.

a) Da necessidade de comunicação e, sobretudo de compreensão entre europeus e africanos, ambos com estatuto e idioma diferentes, nasce a língua cabo-verdiana que, além de representar uma memória coletiva, visto ser um instrumento de reprodução de saberes entre gerações, representa igualmente um dos principais elementos identitários deste povo. A língua cabo-verdiana surge não apenas como necessidade de comunicação, mas também como um elemento importante de identificação cultural. Lopes Filho (1981: 14) considera importante ter-se em consideração o facto de o «crioulo» ter surgido nas circunstâncias em que o colonizador não conseguiu impor a sua língua ao escravo, e desta aproximação houve a necessidade de ambos utilizarem, embora de forma limitada, “versões simplificadas de ambas as línguas”. O crioulo, para o antropólogo cabo-verdiano Brito-Semedo (1995), é a língua que fundamenta a identidade do país, pois encontra-se em consonância com a sua importância na cultura e política nacional. O crioulo unifica e especifica o território e o seu povo. Verifica-se, cada vez mais, uma maior escolarização e circulação de pessoas, crescentes fontes de conhecimento e difusão dos meios de comunicação social, o que tem contribuído para atenuar as diferenças e uniformizar os diferentes dialetos em Cabo Verde¹¹.

b) A música cabo-verdiana constitui “uma das pedras basilares mais fortes da unidade nacional” (Monteiro, 2003: 34). Tanto nas ilhas como na diáspora, a música cabo-verdiana tem vindo a contribuir significativamente para a emergência de um sistema cultural e identitário cada vez mais heterogéneo, diversificado e rico, reconstruído a partir das dinâmicas impostas à sociedade crioula, isto é, de fora para dentro por intensos processos de globalização, conquanto assentes na sua matriz.

A música, apesar de ser caracterizada em determinadas circunstân-

¹¹ Entrevista a David Hopffer Almada, 02 de Julho de 2014, Praia, Cabo Verde.

cias como uma forma de ritual “é sobretudo um ato artístico individual que dá ao seu executante uma capacidade de comunicar os mais diversos tipos de sentimentos e experiências de vida” e, assim sendo, “as canções de cada cultura exprimem determinados sentimentos e uma certa visão do mundo que formam uma parte importante da sua identidade cultural” (Batalha, 2005: 297). Sem margem para dúvidas, a música, também entendida como «interação comunicativa», é um dos mais importantes pilares ou alavancas da sociedade cabo-verdiana e, ao mesmo tempo, constitui-se num veículo significativo, tendo em mira a consolidação, a representação, a construção, a moldação e a definição da sua identidade cultural¹².

- c) A gastronomia é rica pela originalidade da sua confeção, envolvendo todo um ritual sincrético que a particulariza. A partir das plantas que conseguiram adaptar ao clima do arquipélago, foi possível desenvolver uma gastronomia tipicamente cabo-verdiana. É rica porque os cabo-verdianos souberam transformar escassos recursos em pratos diversificados, confeccionados, sobretudo a partir do milho, do feijão, da batata-doce e da mandioca (Castro, 2003: 1-2).

Conservaram-se os pratos tradicionais como a «cachupa» que é confeccionada a partir do milho, principal produto alimentar dos cabo-verdianos, desde a colonização. A «cachupa» constitui um dos elementos de identificação do povo cabo-verdiano em qualquer uma das ilhas. Um outro prato é o «xerém» que é igualmente feito com milho, adicionando-se leite de coco, para lhe dar um sabor mais atrativo. Do milho, ainda é feita a conhecida *djagacida* (papa de farinha de milho cozido com feijão fava ou outros) e o «cuscuz», pastel de farinha de milho, muito apreciado. Estes pratos são culturalmente reconhecidos pelos cabo-verdianos dentro e fora do país, e ainda por alguns que procuram o arquipélago como destino turístico ou de residência. É neste sentido que a cultura e a gastronomia de qualquer Nação ou comunidade estão intimamente ligados.

¹² Entrevista a César Monteiro, 26 de Outubro de 2014, Dakar, Senegal, por correio eletrónico.

- d) A religião em Cabo Verde, a par de outras manifestações culturais e identitárias, constitui ainda hoje um dos principais fatores da unidade nacional, visto ser nela que assentam as bases de toda a ordem moral e social (Lopes Filho, 1996). Pela forma como as ilhas foram povoadas, observa-se que mais de 90% da população é cristã, professando a sua religião através da Igreja Católica.

Em relação às festas de santos e romarias, torna-se necessário compreender que as romarias e as devoções aos santos marcaram séculos, envolvendo crenças tradicionais ao poder do santo na cura de enfermidades e bênção à vida quotidiana dos cabo-verdianos. Estas festas foram, e ainda são, uma perfeita sincronização de traços religiosos tradicionais portugueses e africanos que não tardaram a ser assimilados pelos cabo-verdianos (Rodrigues, 1997). As festas são celebradas em todas as ilhas de acordo com o calendário religioso, cuja característica comum, se deve ao facto de, além de terem claramente uma base religiosa, revelarem também o lado profano, ou seja, popular. É de referir que todas estas festividades patenteiam uma mistura de raízes tradicionais europeias e africanas, principalmente no que diz respeito a procissões, ritmos das danças e instrumentos musicais utilizados.

Estas festas, independentemente do carácter religioso ou profano, constituem essencialmente uma ocasião de confraternização e de solidariedade entre pessoas das várias regiões do arquipélago e dos devotos nas diásporas, constituindo uma oportunidade de conhecer, conviver e reencontrar amigos numa teia de relações amistosas (Lopes Filho, 1995). Com uma atenção assente no campo religioso, refere o poeta e escritor cabo-verdiano Miranda (1963), que estas festas começam com as missas e procissões, e no seu decorrer, pagam-se promessas assentes num conjunto de rituais como a reza do terço, oferendas ao santo, desde dinheiro a outros produtos, o circundar do santuário, o beijo na imagem do santo, o acender de velas, pedindo que isto os ajude na cura de doenças, num ano de boa colheita e, principalmente, na proteção dos entes queridos.

- e) O casamento na sua forma tradicional desempenha, ainda hoje, um papel de saliência na cultura cabo-verdiana, não só pelo ato do

sacramento em si, mas também pelos rituais cristãos que envolvem a vida matrimonial deste povo. Por exemplo, no dia do matrimónio, os noivos, antes de partirem para a igreja, dirigem-se ao quarto dos respetivos pais, para que estes lhes perdoem todas as ofensas feitas. Este ato é feito de joelhos numa esteira, normalmente acompanhado por muita emoção. O perdão dos pais simboliza um ato de segurança para os noivos, e, em consonância com este ato, os pais formulam votos de felicidades e bênçãos para o futuro do casal. Terminado este ritual, os noivos dirigem-se para a igreja para as solenidades religiosas (Lopes Filho, 2003).

Na igreja, é feita a entrega da noiva ao noivo, seguindo-se a bênção concedida pelo dirigente religioso deste matrimónio, sob os rituais da tradição cristã. Em seguida, lançam-se foguetes, simbolizando o início dos festejos, e dá-se início ao banquete, composto principalmente por pratos tradicionais cabo-verdianos. Estes são alguns dos rituais que caracterizam o casamento tradicional em Cabo Verde. No entanto, alguns elementos diferem de ilha para ilha, em consonância com hábitos e costumes adquiridos no decorrer do povoamento, uma vez que as ilhas não foram todas povoadas da mesma forma. Os rituais do casamento tradicional em Cabo Verde conservaram-se, apesar de modificações sistemáticas em quase todas as ilhas do arquipélago, principalmente no que se refere aos rituais religiosos.

- f) A sementeira envolve um ritual de solidariedade denominado de *djunta mô*¹³ entre proprietários, vizinhos, familiares e amigos que marca o quotidiano deste povo, em particular da população do meio rural. A sementeira é constituída pelas seguintes etapas: preparação do terreno; abertura das covas e lançamento dos grãos; monda e, por último, a colheita. No decorrer destas tarefas, as famílias a quem o terreno pertence, oferecem, durante o período da sementeira, o café, o almoço e o jantar, sendo este último para trabalhadores de localidades mais distantes. Mas o importante é que, numa sementeira, as duas primeiras refeições não podem

¹³ Ato de solidariedade entre as pessoas, que se unem para desenvolver uma determinada tarefa. Este pode ser aplicado em outros contextos que não seja apenas na prática da sementeira. Conceito muito utilizado muitos nas associações comunitárias.

faltar, o que demonstra um sentimento de solidariedade para com o próximo.

A preparação do terreno inicia-se nos finais de Junho ou início de Julho, e consiste em limpar o terreno, retirando os arbustos e cascalhos, que porventura possam dificultar o manuseamento dos materiais utilizados na prática da sementeira. Depois passa-se à segunda etapa que se caracteriza pela abertura de covas e lançamento de grãos. Abrir a cova pode ou não acontecer antes das primeiras chuvas, mas é habitual que aconteça na sequência destas. Para encerrar a etapa de abrir as covas e lançar os grãos, existe um ritual muito importante que marca o desfecho do ano agrícola e dos possíveis resultados a alcançar: é o período de proteger as sementes e as folhagens recém-nascidas, dos ataques dos corvos e das galinhas do mato.

Este trabalho é feito principalmente pelas crianças da família que ficam, de manhã à noite, a entoar coros, fazendo barulhos para espantar os animais que se aproximam das plantações. Quem faz este trabalho “geralmente é um rapazinho, com meia dúzia de anos, levando um surrão ou sarraia com alguma batata-doce assada, camoca ou cachupa fria e uma vasilha de leite” (Lopes, 1979: 98). A criança responsável por esta tarefa deve ficar em constante alerta, tocando numa lata com uma pedra, cantando e fazendo barulho, para alvoroçar os animais.

Aproximadamente quinze a vinte dias antes de nascerem as plantas, tem lugar a terceira etapa da sementeira, que é designada por «monda». Esta tarefa consiste em remover com uma «enxada» as ervas consideradas prejudiciais que crescem juntamente com estas plantas. No espaço de um ano, esta tarefa pode repetir-se duas ou três vezes, até a planta do milho alcançar uma altura de aproximadamente 40 cm. Dependendo da pluviosidade e das pragas que atingem as plantas, o ano pode ou não ser considerado de boa sementeira. No entanto, seja qual for o resultado da produção, no dia 1 de Novembro, «dia de todos os santos», tem lugar um ritual de ação de graças a Deus e aos santos, que é acompanhado por uma refeição com feijão e milho, preparada de diferentes formas tradicionais.

- A última etapa é a da colheita, feita quando os grãos atingem uma certa altura, a partir dos quais é possível confeccionar alguns pratos para o sustento da família. No caso de se verificar uma produção abundante, as famílias dependem exclusivamente dela para o sustento do ano todo, e mesmo as que não dependam em absoluto desta produção, recolhem os excedentes, guardando-os para os nove meses do ano em que não chove. Após a recolha dos excedentes, procede-se à «poda», ou seja, ao corte das plantas, que vão servir de pasto para os animais.
- g) A morte em Cabo Verde envolve um conjunto de rituais desde a preparação do defunto até à cerimónia final que coincide com o luto e o apaziguamento das almas (Mendes, 2012). Compreender estes rituais ajuda também a compreender a cultura cabo-verdiana e, de certa forma, as manifestações marcantes do quotidiano deste arquipélago.

O ritual funerário envolve desde o “acompanhamento na agonia, os prantos, a lavagem e o arranjo do corpo, a velada noturna, o cortejo, o enterro, o luto e a dor, o apaziguamento das almas - este conjunto de atos rituais, permite perceber o envolvimento social de um dado grupo com a morte” (Machado, 1999: 9). Logo após se verificar a morte da pessoa, e antes de se iniciarem os “prantos e gritos”, procede-se ao ritual de arranjo do corpo, que consiste em lavá-lo, vesti-lo e deitá-lo na cama. Arlindo Mendes (2012:62) considera que “o arranjo do corpo é um ato pelo qual se procura dar ao cadáver um tratamento adequado de modo a poder permanecer insepulto durante um período de, pelo menos, 24 horas, tempo durante o qual pode aguentar, em circunstâncias normais, sem que o processo de decomposição contribua para incomodar os vivos”. Depois, surgem os primeiros gritos de desespero, com a finalidade de reunir familiares, amigos e vizinhos, que aparecem em ato de solidariedade em prantos pelo amigo, pelo membro da família, enfim, pelos laços que os unia ao defunto. O conhecido *tchôro*, em português pranto ou choro, tem um significado especial nos rituais de morte dos entes queridos, pois reveste-se de um simbolismo próprio, em todo o complexo fúnebre cabo-verdiano

Estas manifestações constituem a força e o substrato da Nação cabo-verdiana e devem ser compreendidas levando em consideração a importância dos usos, costumes, maneira de ser e de estar do cabo-verdiano. Neste sentido, torna-se pertinente compreender estas manifestações, considerando o facto de a cultura destas ilhas se caracterizar pelas suas especificidades, e reconhecer igualmente a sua origem, apesar de existirem algumas interpretações divergentes entre autores cabo-verdianos e estrangeiros a este respeito. De qualquer modo, os investigadores reconhecem unanimemente o facto de a cultura do arquipélago ter a sua origem e formação num processo de fusão entre duas culturas, a Africana e a Europeia.

A génese da elite cultural orientada para o debate contemporâneo sobre a construção da Nação em Cabo Verde

Ao falar da génese da elite cultural cabo-verdiana é de extrema importância destacar dois instrumentos fundamentais: o ensino e a literatura. Porque, se por um lado, o ensino constituiu um importante veículo de formação e de ascensão social e intelectual da elite, por outro, a literatura cimentou, de uma forma significativa, a concepção que cada «geração» tinha acerca da identidade e da Nação, através da qual se exprimiam os anseios, as preocupações e a realidade do povo destas ilhas. Osório (1998: 110) relaciona o ensino e a literatura, considerando que “é impensável a formação e desenvolvimento de uma literatura escrita sem ter por base a instrução difundida por meio de instituições de ensino”.

Na ótica de Brito-Semedo (2006), três grandes gerações de elites marcaram a história de Cabo Verde e o pensamento de uma época específica. A primeira “geração” é a dos *Nativitas* (entre 1856 a 1932) representada por Eugénio Tavares, Pedro Cardoso e José Lopes, em que, segundo Pires Laranjeira (1995) chegaram a publicar-se obras e textos literários de grandes repercussões em Cabo Verde¹⁴. A segunda “geração” é a dos *Claridosos* (entre 1932 a 1958), na qual se destacaram figuras como Baltazar Lopes da Silva, Jorge Barbosa e Manuel Lopes, que além de fundarem no ano de 1936,

¹⁴ Entre as obras de repercussão nacional e internacional destacam-se: *Amor que Salva* (1887) e *Mornas, Cantigas Crioulas* (1932) ambas de Eugénio Tavares. De Pedro Cardoso sobressaem: *Jardim das Hespérides* (1926); *Algas e Corais* (1928); *Hespérides* (1930) e *Folclore Cabo-verdiano* (1932). No que se refere a José Lopes, evidenciam-se: *Hesperitanas* (1929) e *Jardim de Hespérides* (1929).

em São Vicente, a «Revista Claridade», contribuíram para dar novos contornos na literatura cabo-verdiana com publicações de diversas obras¹⁵. A terceira *geração* é a dos *Nacionalistas* (entre 1958 a 1975), liderada por Amílcar Cabral, em que claramente há um uso da literatura para reivindicar a autonomia e a liberdade do homem cabo-verdiano, na conceção de que era necessário a construção de uma nova terra, com “olhos postos” na independência de Cabo Verde (Sousa, 2012: 139).

Num olhar retrospectivo, é possível verificar que, em razão da conjugação de um conjunto de fatores, como sejam: culturais, económicos, políticos e ideológicos que marcaram a história contemporânea de Cabo Verde, a cada «geração cultural» se atribuem formas de pensamento específicos na defesa da identidade cabo-verdiana. Os *Nativistas* defendiam, de certo modo, a grande «pátria» que lhes havia concedido o direito da cidadania portuguesa, dando-lhes, segundo Fernandes (2002: 70-71), o orgulho de compartilharem o mínimo cultural português, assenhorando-se de uma “ideologia assimilacionista”, na medida em que a “geração” pretendia que o arquipélago fosse reconhecido como uma região portuguesa. A identidade cabo-verdiana era defendida numa ambivalência concetual em que, por um lado, a “geração” defendia os nativos do arquipélago e a sua autonomia, e por outro, defendiam que os mesmos fossem reconhecidos como cidadãos portugueses de plenos direitos e deveres. Esta conceção é evidenciada nos textos literários e poemas publicados em jornais e revistas cabo-verdianas e portuguesas.

A rutura com a “geração dos *Nativistas*” aconteceu a partir do século XX, precisamente nos anos trinta, com o surgimento e afirmação de uma nova elite cultural, isto é, a dos *Claridosos*. Esta “geração” procurou construir, a partir da teoria regionalista, novos argumentos para fazer face aos embates culturais e políticos da época, em que a identidade cabo-verdiana era predominantemente marcada pelos resíduos culturais europeus. Ou seja, apesar de esta “geração” reconhecer que o povo cabo-verdiano apresenta as suas especificidades que o singulariza, reconhece que “Cabo Verde é uma região de Portugal como Minho ou Algarve” (Silva, 1957: 7). Esta “geração” marca a

¹⁵ Com a Geração dos *Claridosos*, destacaram-se algumas obras. De Baltazar Lopes *Chiquinho* (1947). De Manuel Lopes, *Alma Asinária* (1952); *Chuva Braba* (1956); *O Galo que Cantou na Baía* (1959) e *Os flagelados do Vento Leste* (1960). E de Jorge Barbosa, *Arquipélago* (1935); *Ambiente* (1941) e *Caderno de um Ilhéu* (1956).

literatura nacional, retratando temáticas que repercutem as angústias do povo cabo-verdiano, sobretudo, as secas, as fomes e as mortes.

Na década de 50 do século passado, surge uma outra “geração”, os *Nacionalistas*, que marcaram uma nova era no debate e afirmação da identidade nacional, defendendo o resgate das origens africanas. Significa que era altura de o povo cabo-verdiano recuperar as origens africanas, na conceção de “reafricanizar os espíritos”, tornando-se numa Nação liberta das opressões colónias. Para que isso acontecesse, segundo Cabral (1978: 64), tornava-se necessário ultrapassar “todas as dificuldades, fugindo às tentações, libertando-se dos compromissos de alienação cultural (e, portanto, política)” e, efetivamente, Cabo Verde “soube reencontrar as suas próprias raízes, identificar-se com o seu povo” (Cabral, 1978: 99).

Cabral (2000: 13) patenteou bem o seu espírito revolucionário e a sua forte ligação aos movimentos nacionalistas, através desta sua declaração: “jurei a mim mesmo que tenho que dar a minha vida, toda a minha energia, toda a minha coragem, toda a capacidade que posso ter como Homem, até ao dia em que morrer, ao serviço do meu povo na Guiné e Cabo Verde. Ao serviço da causa da humanidade, para dar a minha contribuição, na medida do possível, para a vida do homem se tornar melhor no mundo. Este é o meu trabalho”. A opção desta nova “geração”, em objeção à “geração dos *Claridosos*”, traduzia-se numa reviravolta das orientações políticas, de modo a que a especificidade da identidade cabo-verdiana pudesse ser reorientada para uma maior aproximação ao continente africano.

Amílcar Cabral como um dos mais exímios representantes do movimento de “reafricanização dos espíritos” defendeu veementemente o resgate dos ideais africanos naquilo que seria o projeto de unidade e luta para a libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde, por intermédio do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Segundo Venâncio (2009: 97), é no grupo dos estudantes da colónia, sobretudo na Casa dos Estudantes do Império, que Amílcar Cabral se destaca e é “igualmente apontado como um dos líderes mais carismáticos e, em termos teóricos, mais influentes do nacionalismo africano”. Wick (2012: 71) acrescenta ainda que “Na memória coletiva dos seus compatriotas, Amílcar Cabral é conhecido como pai da nacionalidade guineense e cabo-verdiana”. Amílcar Cabral, doutrinado pelo socialismo marxista, é considerado como aquele que se destacou no espaço português, com vigor e personalidade, “Separou-se

perfeitamente do marxismo, como metodologia e teoria, do leninismo, que é uma doutrina para a ação e para a implantação do soviétismo. Foi o único que procurou regionalizar o marxismo, construindo um pensamento a partir da realidade africana” (Moreira, 2009: 69). Na perspetiva de Andrade (1976), mesmo reconhecendo que Cabo Verde é uma região insular, Amílcar Cabral considerava que o arquipélago estava intimamente ligado ao continente africano, e desta forma deveria reafirmar a sua dimensão africana.

Tudo isto se relaciona com o processo da afirmação de uma identidade nacional, na medida em que estes intelectuais apresentavam-se como instrumentos de representação de narrativas sobre o homem cabo-verdiano. Primeiramente, uma ideia europeísta, onde se defende uma cultura, uma estruturação e organização político-administrativa que se aproxima dos padrões europeus, e que se consubstanciou no limiar do século XX, com o estabelecimento de uma Parceria Especial com a União Europeia. Segundo, o percurso identitário cabo-verdiano foi marcado pela confrontação de uma ideia africanista, herdada na conjuntura das revoltas sociais contra o regime colonial e na filiação em movimentos «nacionalistas» e pró-independentistas, permitindo a recuperação das manifestações culturais outrora proibidas por esse regime e pelo ideal de promoção da unidade Guiné e Cabo Verde, tendo como pressuposto a procura de afirmação identitária, pela via ideológica da *reafricanização dos espíritos*, que esteve presente na integração de Cabo Verde na CEDEAO em 1977.

O processo da construção do Estado-Nação em Cabo Verde: da trajetória da independência nacional à integração regional

No processo da construção do Estado-Nação em Cabo Verde, é de destacar o facto da Nação proceder em aproximadamente dois séculos a criação de um Estado independente, o que só aconteceu a partir de 1975 (v. Quadro 1). Pai do nacionalismo cabo-verdiano, Amílcar Cabral, contribuiu para a edificação do Estado cabo-verdiano, ao considerar que o surgimento do PAIGC foi fundamental na construção efetiva do Estado nacional (Cabral, 1970).

Três importantes períodos devem ser abordados e analisados quando se discute acerca do processo de construção do Estado cabo-verdiano.

Quadro 1: Marcos cronológicos relevantes na construção do Estado em Cabo Verde

INSTITUIÇÕES	Governo de Transição do Estado de Cabo Verde (1974-1975)	Partido Único Instauração da Primeira República – A Independência Nacional (1975-1991)	Multipartidarismo / Democracia Abertura Política (A partir de 1991)
	ACONTECIMENTOS RELEVANTES	ACONTECIMENTOS RELEVANTES	ACONTECIMENTOS RELEVANTES
INSTITUCIONALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecido meses antes da declaração da independência; - Nomeado pelo Presidente da República Portuguesa, composto por ministros portugueses e membros do PAIGC; - Função de conduzir o Estado às primeiras eleições Legislativas em Cabo Verde de sufrágio direto e universal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aconteceu precisamente no dia 5 de Julho de 1975; - Afirmação do PAIGC, Partido que lutou pela independência de Cabo Verde e um projeto de unidade com a Guiné-Bissau; - Cria-se a Lei sobre a Organização Política do Estado (LOPE); - Cria-se a primeira Constituição da República em 1980; - Rutura com o Estado colonial e continuidade do Estado colonial principalmente no que se refere à organização do Estado e das práticas administrativas; - Estado centraliza política e economicamente; - Necessidade de reestruturação económica num Estado considerado inviável e vulnerável por instituições financeiras internacionais; - Aposta na educação, saúde e infraestruturas; 	<ul style="list-style-type: none"> - O desmoronar do artigo 4º que consagrava o PAIGC como a única força política dirigente da sociedade civil; - A primeira eleição legislativa pluralista (vitória do partido do MPD, com uma maioria qualificada) no dia 13 de Janeiro de 1991; - A elaboração da Segunda Constituição da República de Cabo Verde (1992) numa revisão da Constituição de 1980; A revisão em 1999 da Constituição de 1992; - Modificação dos símbolos nacionais (A bandeira, o hino e o brasão de armas); - Abertura económica e as reformas para as privatizações; - A abertura para o mercado mundial, com investimento estrangeiro.
	<ul style="list-style-type: none"> - Constituído por um Alto-comissário; - Cinco ministros (dois portugueses e três do PAIGC); 	<ul style="list-style-type: none"> - Perfilhação num Estado de Democracia Nacional Revolucionária, sob a direção de um Partido; - A primeira Assembleia Nacional Popular (com 56 deputados do PAIGC) como órgão supremo do Estado; - 1º Presidente da República de Cabo Verde (Aristides Pereira), Chefe do Estado e Comandante Supremo das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP); - O Governo (Primeiro-Ministro Pedro Pires) como o órgão executivo e administrativo supremo da República de Cabo Verde; - Os Tribunais (instituem o Conselho Nacional de Justiça, tribunais regionais, tribunais de sub-região de 1ª e 2ª classe e os tribunais de zona); 	<ul style="list-style-type: none"> - Se instaurou um Estado de Direito Democrático; - Sistema de Governo Semipresidencial; - Sistema Eleitoral de representação proporcional de Hondt (eleições legislativas); sistema eleitoral maioritário de dois turnos (para o Presidente da República) - Sistema político multipartidário; - Assembleia Nacional (composta por 72 deputados); - Presidente da República (eleito por sufrágio universal, direto e secreto); - Governo (o Primeiro-ministro é nomeado pelo Presidente da República ouvindo as forças políticas com assento na Assembleia Nacional);

(Fonte: elaboração própria)

Primeiro, é o período do Governo de Transição, formado por membros do governo português e membros do então partido único, instituído meses antes da proclamação oficial da independência nacional que representava, por um lado, uma pré-organização do Estado de Cabo Verde e, por outro, um modelo de organização dos órgãos do poder do Estado (Assembleia Nacional Popular, Presidente da República e Governo). Segundo, é o período da pós-independência que é marcado por uma organização autónoma em relação ao poder colonial. As primeiras instituições politicamente organizadas tinham no seu comando, um pequeno grupo de dirigentes políticos afetos ao partido único, neste caso o PAIGC e, posteriormente, o PAICV. O regime instituído foi segundo Lima (1992: 8), uma "Democracia Nacional Revolucionária." Terceiro, é o período da democratização, ou seja, o da abertura política que aconteceu a partir da década de 90 do século XX. Este período representou uma nova era para Cabo Verde, visto que aí se registaram novas configurações e instituições, sobretudo com a mudança do regime político em que se instituiu o pluralismo democrático e a reforma do Estado. A construção do Estado-Nação como um processo paulatino, e que converge para um conjunto de fatores sociais, culturais, identitários e políticos, está, atualmente, intrinsecamente relacionada com os sistemas políticos adotados por cada país. Neste sistema, é importante ter em consideração a configuração das instituições, particularmente as políticas, que, desde a independência de Cabo Verde, se apresentam diferentes, possibilitando a consolidação de um Estado-Nação independente e democrático.

A independência marca efetivamente uma rutura com o sistema colonial. Contudo, sabe-se que após a rutura, em Cabo Verde mantiveram-se "linhas de continuidade" na administração pública, herdadas numa "ampla experiência acumulada de relações comuns do exterior, assente num processo de colonização ao longo de séculos" (Barata, 2005: 407). Esta experiência ajudou na configuração da administração pública. Só se constrói um Estado através de um processo, fruto de alguma maturidade, o que foi conseguido em Cabo Verde no aparelho administrativo, através de "rutas", que se seguiram, procedendo-se a "continuidades". A grande mudança que criou a matriz para que outras transformações ocorressem foi a independência, no sentido em que, nas palavras de Corsino Tolentino "passámos do 'estatuto de coisa' para o estatuto de responsáveis, do estatuto colonial para o estatuto Estado soberano, e, por conseguinte, responsáveis pelos nossos

destinos (...) Esta, ocorrida a 5 de Julho de 1975, data simbólica de um longo e complexo processo de libertação levou-nos à ruptura e com ela criámos o espaço para o bem ou o mal acontecer, e na criação desse espaço é que tive a oportunidade de participar primeiro, na edificação de um Estado de Direito. Este Estado conseguiu a libertação da fatalidade da dupla dependência, da natureza (das “nuvens”¹⁶) e do poder colonial”¹⁷.

A partir da década de oitenta do século passado, verificou-se uma rutura do projeto da unidade Cabo Verde/Guiné-Bissau através do designado Movimento Reajustador, que conduziu ao golpe de Estado a 14 de Novembro de 1980. Esta ação teve como base um conjunto de fatores, de entre os quais se destaca a rutura na unidade Guiné e Cabo Verde, em que “o sentimento anti-cabo-verdiano ultrapassou rapidamente o âmbito restrito da luta pelo poder no PAIGC, transformando-se numa atitude de repúdio mais ou menos generalizado na sociedade guineense (...) a ruptura consubstanciou-se quando os políticos da Praia, numa atitude qualificada de ‘traição’ pela Guiné, procederam à desvinculação binacional do Partido, criando o PAICV e pondo cobro à união utópica de um mesmo povo, em dois territórios separados.” (Nóbrega, 2003: 126-127). A partir deste momento, verificou-se uma desvinculação do projeto de unidade Guiné e Cabo Verde, tendo este último passado a ser representado pelo PAICV e não pelo PAIGC. A rutura simboliza, por um lado, o fim do projeto de unidade e, por outro, a desvinculação de um projeto que caracterizava a base do partido nos meados da década de cinquenta, criado ainda na clandestinidade.

O novo caminho traçado em detrimento dos acontecimentos verificados permitiram criar uma nova dinâmica legislativa num contexto caracterizado pela mudança que possibilitou, na década de noventa, a abertura política. Esta decorreu no contexto da queda do Muro de Berlim em 1989, e “com este colapso, os regimes autoritários africanos perderam a capacidade de usar a rivalidade Este-Oeste que, até então, mantivera ininterrupto o fluxo de fundos internacionais ao dispor das suas elites” (Nóbrega, 2010: 130). Em conformidade, salientando a importância da abertura política, Costa (2003:

¹⁶ Esta expressão apresenta duplo significado. Um primeiro diz respeito às “nuvens” visto estas constituírem o efeito visível de uma série de fatores dinâmicos e termodinâmicos que se produzem na atmosfera e que facilitam a formação de chuvas, e um outro, que diz respeito à dependência do exterior pelo facto de não ter a autonomia e independência necessária, de não poder contar com “nós próprios”.

¹⁷ Entrevista a André Corsino Tolentino, 04 de Abril de 2014, Praia, Cabo Verde.

256) elucida que “as primeiras eleições multipartidárias cabo-verdianas ocorreram em 1991, após a abertura política em 1990”.

Nos anos anteriores, desde a independência nacional, em 1975, o país tinha sido governado pelo PAIGC/CV, por meio de um regime monopartidário, com forte componente do socialismo da Europa do Leste”. Silveira (1998: 156) considera que “a promulgação de uma nova constituição e de um leque volumoso de leis abrangendo uma vasta área social e económica, passou a garantir, no plano jurídico, a transição do sistema de Partido Único para o sistema pluripartidário.” O Estado cabo-verdiano, a partir da abertura política, assumiu contornos importantes no que se refere à estruturação do campo político. Cabo Verde apresenta características de um Estado de Direito Democrático, onde vigora a interdependência e o respeito pela separação de poderes. Esta configuração é, ainda hoje, motivo de discussão por parte de várias personalidades que apresentam pontos de vista díspares acerca da questão crucial: África ou Europa?

A questão central: África ou Europa?

Cabo Verde, do ponto de vista geográfico, encontra-se mais perto de África do que da Europa. Porém, o debate desde os finais do século XIX, não se faz apenas nesta ótica, mas envolve outras questões, sobretudo de ordem cultural, identitária, política e económica em que se assume duas concepções: uma europeísta e outra africanista.

Atualmente, o debate é muito mais alargado quando se procura analisar a integração de Cabo Verde na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Parceria Especial com a União Europeia. A CEDEAO é fundada em Maio de 1975, através do Tratado de Abuja, em Lagos na Nigéria, e Cabo Verde só se integrou em 1977 com a assinatura do “Tratado Constitutivo” (Reis, 2008: 83). Esta integração tem vindo a gerar algumas controvérsias principalmente no que diz respeito aos benefícios e desafios para Cabo Verde. O debate tem vindo a acontecer com relação à Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia, entre os que se declararam ser “contra” e os que se declararam ser a “favor” da Parceria. Na tentativa de se estabelecer uma parceria sólida com a Europa, Cabo Verde, segundo Pinto (2012: 193), optou por uma Parceria Especial com a União Europeia, que efetivamente viria a materializar-se em Novembro de 2007, e que garantia ao “arquipélago uma posição mais vantajosa junto das organizações”. Se, por um lado, as elites cabo-verdianas da década de trinta e

cinquenta procuraram, num processo oculto, reivindicar a autonomia do arquipélago de Cabo Verde no plano internacional, visto serem intermediárias entre a sociedade civil e a própria estrutura das organizações regionais e internacionais, hoje, por outro lado, as elites procuram cimentar a afirmação do Estado-Nação no plano das estruturas democráticas.

Através das entrevistas realizadas, assim como no campo da produção literária, é possível constatar diferentes pontos de vista sobre a construção do Estado-Nação em Cabo Verde. Primeiramente, todos se consideram «cabo-verdianos» e, em seguida, uns tendem a identificar-se com a matriz *africanista*¹⁸ e outros, com a matriz *européista*¹⁹. Dos que se identificam com a primeira, podem destacar-se investigadores que se formaram no Brasil, como Gabriel Fernandes, José Gomes dos Anjos e Eduardo Camilo Pereira, e que apresentam uma abordagem afrocêntrica na interpretação da história e cultura cabo-verdiana a partir dos agentes, isto é, da elite cabo-verdiana, e não através de modelos que valorizam somente a experiência europeia em detrimento dos modelos de pensamento das culturas africanas, que são, na maioria dos casos, subalternizadas.

Anjos, (2003), apresenta uma visão mais radical, demonstrando que as leituras feitas acerca da Nação por parte das elites intelectuais vão ao encontro dos seus interesses particulares, o que acaba por enfraquecer outras leituras ou representações alternativas. Esta ideia encontra-se associada ao papel do mediador político-cultural que foi assumido em boa parte pela elite, e que espelha uma realidade que se encontra entre os moldes ocidentais e a população local. Pereira (2014) aprofunda as revoltas de Engenheiros em 1822, Achada Falcão em 1841 e Ribeirão Manuel no ano de 1910. Na sua ótica, a construção da identidade nacional teve a sua marca no século XIX, sobretudo com as mobilizações políticas entre os liberais revoltosos e moderados que se recorriam das festas religiosas e outras comemorações solenes no sentido de mobilizar os habitantes da ilha de Santiago em torno de ideais políticos.

Um outro grupo de investigadores, que igualmente versa sobre a identidade e Estado-Nação encontra-se associado à Universidade de

¹⁸Adélia Pires, Carlos Reis, Cláudio Furtado, Crispina Gomes, Daniel Rendall, Eduardo Camilo Pereira, Érico Veríssimo Ramos, Eufémia Vicente Rocha, Gabriel Fernandes, Iva Cabral, Joaquim Augusto Gomes, José Carlos Gomes dos Anjos, José Maria Semedo, Luís Fonseca, Manuel Faustino, Manuel Veiga, Olívio Pires, Osvaldo Lopes da Silva, Pedro Pires e Tomé Varela da Silva.

¹⁹ Eduardo Jorge Silva, Fátima Bettencourt e Ondina Ferreira.

Coimbra. Pode aqui salientar-se Odair Barros Varela, Pedro Góis e Victor Barros. Varela (2014), apresenta uma visão desconstrutivista, considerando que as elites africanas sofreram uma «alienação» filosófica que se traduziu na adoção de um paradigma ocidental de Estado. O autor propõe que se reflita acerca de novos modelos de configuração estatal que devem ter em consideração a realidade endógena dos países africanos.

Já Góis (2006) versa sobre a emigração cabo-verdiana e a sua influência na formação de uma identidade social e cultural contemporânea e transnacional. Para este investigador, Cabo Verde é um dos poucos países do mundo que tem tido uma emigração ininterrupta ao longo de mais de dois séculos, e, deste modo, constata-se o dobro dos residentes a viverem no exterior. O autor propõe uma categoria de análise que se caracteriza por uma “identidade étnica transnacional cabo-verdiana” que vem sendo construída continuamente ao longo dos últimos séculos. Por último, Barros, (2014), centra a sua análise na produção discursiva dos imaginários acerca da pertença de Cabo Verde, entre a ideia de África e Europa e da respetiva utilização de estratégias retóricas de apropriação política da história na construção desses imaginários políticos discursivos.

Além destes, destacam-se outros investigadores formados em Lisboa, como por exemplo, Suzano Costa, Jorge Nobre Pinto e Dúnia Pires do Canto. Costa e Pinto (2014) analisam os eixos estratégicos da política externa cabo-verdiana e as mudanças políticas ocorridas na ação diplomática no contexto da geopolítica do Atlântico, sobretudo na relação entre África e a Europa. Por último, Canto (2009) centrou a sua linha de investigação a respeito da Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia. Na sua ótica, esta Parceria veio suscitar, já há dez anos, uma questão importante na sociedade cabo-verdiana que se refere à pertença de Cabo Verde à África ou à Europa, não apenas no que concerne à posição geográfica do arquipélago, mas igualmente a fatores de ordem cultural e identitária. É preciso ter em consideração que o posicionamento destas personalidades em categorias não poderá ser considerado rígido e que o debate se encontra ainda em curso e sujeito a uma constante “revisitação”.

Aqueles que não se posicionam em qualquer das respetivas inclinações preferem considerar Cabo Verde, de entre os países africanos, como um país que apresenta um conjunto de particularidades históricas, geográficas, culturais e sociais diferentes daquelas que se verificam no continente. Do

ponto de vista do observador, a análise do debate sobre a construção do Estado-Nação conduz a conclusões abertas e sempre sujeitas, elas mesmas, ao debate, que é, por sua vez, estruturante da própria identidade nacional. Neste sentido, a tradição do debate entre intelectuais parte, segundo Barros (2013: 143), de uma certa tendência em descrever Cabo Verde como algo de especial e singular, distante de um “enquadramento cultural e civilizacional absolutamente africano e, todavia, não totalmente europeu. Puro artifício retórico e construção de uma alegoria cultural romantizada ou melhor ostentação metaforizada de uma civilização a meio-caminho entre a África e a Europa”.

Porém, foi possível identificar um conjunto de autores que não se revêm tão-somente com a perspetiva africana, nem apenas com a europeísta, mas sim que se enquadram na categoria de *singularistas*.²⁰ Estes autores revêm-se na ideia de que Cabo Verde, apesar de estar geograficamente próximo da África, é, do ponto de vista cultural e identitário, considerado único, de onde resultam fatores específicos entre os quais “uma cultura, uma língua, uma matriz religiosa, um sistema educativo, uma elite, um mercado e uma administração que precederam o Estado” (Tolentino, 2007: 112). Apercebendo-se das unidades sociais e culturais distintas que os rodeavam, os cabo-verdianos foram integrando os elementos da sua singularidade.

Olhando retrospectivamente para a questão da singularidade cabo-verdiana

Apesar de Cabo Verde ser um pequeno Estado arquipelágico em relação ao continente, o certo é que apresenta uma determinada e inequívoca singularidade, expressa na sua génese geo-histórica e origem étnico-cultural, numa matriz religiosa de valores cristãos e num sistema de ensino assente na afirmação da educação e da cultura, como meios de se autonomi-

²⁰ Amaro da Luz, Amílcar Spencer Lopes, André Corsino Tolentino, António Germano Lima, António Correia e Silva, Arnaldo França, Artur Monteiro Bento, Bartolomeu Varela, Carlos Veiga, César Monteiro, Corsino Fortes, David Hoppfer Almada, Eutrópio Lima da Cruz, Filomena Delgado, Germano Almeida, Georgina Mello, Hermínia Curado Ferreira, Hermínio Moniz, Humberto Cardoso, Jacinto Santos, Jailson Valdique Lopes, João Lopes Filho, José Eduardo Barbosa, Lourenço Gomes, Manuel Brito Semedo, Maria das Dores Silveira, Marina Ramos, Mário Lúcio, Onésimo Silveira, Osvaldo Azevedo, Osvaldo Osório, Pedro Gregório Lopes, Rodrigo Correia Fernandes (Lú di Pala), Severino Almeida e Vera Duarte.

zar e valorizar. Na qualidade de “filhos da terra”, os cabo-verdianos adquiriram, pela sua instrução, um estatuto social a par do branco colonizador. Na formação da sua identidade, anterior em séculos a qualquer povo colonizado, o cabo-verdiano foi precursor. É também relevante a criação de uma língua própria, a língua materna, anterior à aprendizagem da língua oficial. Finalmente deve salientar-se que o tipo de descolonização em Cabo Verde foi distinto de qualquer outra possessão na África colonizada, pela particularidade do processo histórico sobejamente reconhecido.

As tendências atuais direcionam-se no sentido de uma maior afirmação da identidade cabo-verdiana e da construção do Estado-Nação de maneira mais sólida, traduzida na evidenciação das crescentes especificidades locais, concernentes a cada ilha, o que se tem tornado, nos tempos de hoje, um assunto de atualidade. Entretanto, constata-se que a opinião pública cabo-verdiana, nas distintas ilhas, coloca, por vezes, ênfase na necessidade de um maior protagonismo de sujeitos a nível de cada ilha e na transferência de responsabilidades acrescidas, o que poderá implicar uma maior afirmação das identidades locais. Os contornos desta discussão levantam questões que, à luz da análise sobre a formação da identidade e construção do Estado-Nação, se mostram fundamentais e reforçam a aceção de que existem aspetos heterogéneos próprios de cada ilha, mas que confluem na dinâmica da homogeneidade identitária em Cabo Verde. Pois, de facto, é uma sociedade essencialmente homogénea, não se verificando conflitos típicos visíveis nas sociedades heterogéneas, como sejam os conflitos étnicos. É uma sociedade que tende cada vez mais a tornar-se homogénea²¹.

Respondemos à nossa pergunta de partida na medida em que o processo da construção do Estado-Nação em Cabo Verde se demarca no contexto africano, pois o arquipélago foi encontrado desabitado e foi possivelmente o primeiro “centro de origem” do crioulo como povo e língua (Senna Barcelos, 1899; Alonso de Sandoval, 1927; Carreira & Mota, 1986; Lang, 2001). Cabo Verde, em relação aos demais países africanos é *sui generis*, na medida em que, quando foi descoberto não era povoado, tendo-se a potência colonial aventurado a fixar-se no arquipélago, a povoá-lo e a criar estruturas de permanência²². Todavia, São Tomé e Príncipe também se encontrava desabitado, mas a principal diferença deve-se ao facto de, em

²¹ Entrevista a Pedro Pires, 07 de Agosto de 2014, Praia, Cabo Verde.

²² Entrevista a José Eduardo Barbosa, 30 de Outubro de 2014, Praia, Cabo Verde.

Cabo Verde ter sido o mestiço, e não o branco, a se estabelecer como principal sujeito da história do arquipélago ainda no período colonial. Esta singularidade é resultado de uma miscigenação étnica e cultural, que permitiu aos cabo-verdianos “tornarem-se praticamente os únicos agentes das transformações culturais em curso, a partir do século XVII” (Duarte, 1998: 8).

A ideia de Nação em Cabo Verde surge, ao contrário da maioria das nações africanas, séculos antes do Estado independente. Trata-se de um processo em que diversos foram os fatores que contribuíram para a formação de uma consciência nacional (Silveira, 1998; Furtado, 2001; Lopes, 2001; Pereira, 2011; Fonseca, 2012; Moreira, 2014). Um outro aspeto importante deve-se ao facto de Cabo Verde nunca ter sido sujeito ao estatuto de indigenato, o que aconteceu em outros países africanos de expressão portuguesa. O diploma legislativo n.º 956, de 4 de Novembro de 1947, declara, no seu preâmbulo, a não aplicabilidade do Estatuto do Indigenato aos naturais de Cabo Verde, considerando que as populações de Cabo Verde não estão sujeitas nem à classificação de indígena nem ao regime de indigenato (Carreira, 1977). Moreira (1964: 194) refere que “o Estado da Índia, Macau e Cabo Verde constituíram sempre exceção à regra”.

Deste modo, confirmam-se as hipóteses: primeiro, no que se refere à construção do Estado-Nação, Cabo Verde é, no contexto africano, um caso singular; segundo, aqui a Nação precede em séculos, a criação do Estado independente, o que a diferencia da maioria dos países africanos, onde o Estado é que tem vindo a promover a formação da Nação. Se, de facto, no arquipélago a criação do Estado é posterior à construção da Nação, considera-se que, ainda no período colonial, os cabo-verdianos já se encontravam imbuídos de um forte «sentimento» *de Nação*²³. “Deram-se as mãos” para se construir Cabo Verde, na unidade nacional, ao contrário do que acontece em outras sociedades, que geralmente referencia a unidade tribal²⁴. Em finais do século XVIII, a Nação em Cabo Verde já se encontrava pronta para receber o Estado, visto que já possuía uma língua e um forte «sentimento de autonomia»²⁵.

²³ Entrevista a Carlos Réis, 29 de Julho de 2014, Praia, Cabo Verde.

²⁴ Entrevista a Crispina Gomes, 02 de Dezembro de 2013, Praia, Cabo Verde.

²⁵ Entrevista a Iva Cabral, 30 de Janeiro de 2014, Praia, Cabo Verde.

Bibliografia

- ANDRADE, M. P. de (1976, 12 de setembro). Amílcar Cabral e a Reafricanização dos Espíritos: Um Depoimento de Mário Pinto de Andrade. *No Pintcha*, pp.8-9.
- ANJOS, J. C. G. dos (2003). Elites Intelectuais e a Conformação da Identidade Nacional em Cabo Verde. *Estudos Afro-Asiáticos*, 25, 579-596.
- BARATA, O. S. (2005). Elites e Poder na África Ocidental. Em O. S. Barata & S. I. Piepoli (Coords.). *África: Género, Educação e Poder* (pp. 389-457). Lisboa, Portugal: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- BARROS, V. (2014) Cabo Verde e o Mito de Vocação Atlântica: Entre a Apropriação Política da História e a Ideologia Do Dom Identitário, Em J. P. Delgado; O. Varela & S. Costa. *As Relações Exteriores de Cabo Verde: (Re)Leitura contemporâneas* (pp. 133-159). Praia, Cabo Verde: Editora ISCJS.
- BARROS, V. (2013) Cabo Verde: Os Avatares dos Discursos Identitários e a Imaginação dos Espaços de Pertença. Em C. Sarmento & S. Costa. *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde* (pp. 141-169). Coimbra, Portugal: Almedina, 2013.
- BATALHA, L. (2005). *Antropologia, uma Perspectiva Holística*. Lisboa, Portugal: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política.
- BRITO-SEMEDO, M. (2006). *A Construção da Identidade Nacional: Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*. Praia, Cabo Verde: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- BRITO-SEMEDO, M. (1995). *Caboverdianamente Ensaando*. São Vicente, Cabo Verde: Ilhéu.
- CABRAL, A. (2000). *Sou um Simples Africano*, Praia, Cabo Verde: Fundação Mário Soares, 2000.
- CABRAL, A. (1978). *Unidade e Luta: A Arma da Teoria*, Lisboa, Portugal: Seara Nova.
- CABRAL, A. (1970, 13-15 de Setembro). Esclarecimento Sobre as Novas Estruturas da Direcção do Partido e Sobre as Funções dos Diversos Órgãos Dirigentes. *CasaComum*. Obtido em http://hdl.handle.net/11002/jfms_dc_41935.
- CABRAL, I. (2015). *A Primeira Elite Colonial Atlântica: Dos "Homens Honrados Brancos" de Santiago à Nobreza da Terra*, Praia, Cabo Verde: Editora Pedro Cardoso.
- CADAMOSTO, L. (1944). *Navegações de Luís de Cadamosto*, Lisboa, Portugal: Instituto para a Alta Cultura.
- CANCLINI, N. G. (2011). *Culturas híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*, São Paulo, Brasil: Editora da Universidade de São Paulo.
- CARREIRA, A. e MOTA, T. da (1986). O Milho Zaburro e o Milho Maçaroca da Guiné e nas ilhas de Cabo Verde. *Revista de História Económica e Social*, 17, 5-20.
- CARREIRA, A. (1983). *Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. (2ªed.). Praia, Cabo Verde: Instituto Caboverdiano do Livro.
- CARREIRA, A. (1977). *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa, Portugal: Universidade Nova de Lisboa.
- CARREIRA, A. (1972). Alguns Aspectos da Administração Pública em Cabo Verde no Século XVIII. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 105, 121-203.
- CASTRO, M. T. L. de (2003). *Cozinha Tradicional de Cabo Verde*. Lisboa, Portugal: Publicações Europa-América.
- CANTO, D. P. do (2009). *Parceria Especial – Cabo Verde e União Europeia: Análise da Situação*. Lisboa, Portugal: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- CHELMICKI, J. C. de & Varnhagen, F. A. de (1841). *Geografia Cabo-verdiana ou Descrição Geográfica-Histórica da Província das Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa, Portugal: Typographia de Luiz Correa da Cunha.

- COSTA, D. H. (2003). Sistema Eleitoral e Sistema Partidário Cabo-verdiano (1991-2001). *Direito e Cidadania*, V, 16/17, 253-261.
- COSTA, S. & PINTO, J. N. (2014). A Política Externa Cabo-verdiana num Mundo Multipolar: Entre a Ambivalência Prática e a Retórica Discursiva? Em J. P. Delgado; O. Varela & S. Costa. *As Relações Exteriores de Cabo Verde: (Re)Leitura contemporâneas* (pp. 163-228). Praia, Cabo Verde: Editora ISCJS.
- DAVIDSON, B. (1988). *As Ilhas Afortunadas: Um Estudo sobre a África em Transformação*. Porto, Portugal: Editorial Caminho.
- DUARTE, D. A. (1998). Literatura e Identidade: Uma Abordagem Sociocultural. *Revista Cultura*, 2, 2, 7-15.
- FERNANDES, G. (2002). *A Diluição da África: Uma Interpretação da Saga Identitária Cabo-verdiana no Panorama Político (Pós)Colonial*. Florianópolis, Brasil: UFSC.
- FERNANDES, V. (1951). *Description de la côte occidentale d'Afrique (Senegal au Cap de Monte, archipels): 1506-1510*. Bissau, Guiné Bissau : Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- FONSECA, J. C. (2012). Erigir o Futuro do País. *Revista Nós Genti*, 4, 44-59.
- FURTADO, C. (2012). A Participação da Sociedade Civil na Consolidação da Independência. *Cultura: Revista de Estudos Cabo-verdianos*, Numero Especial, 39-47.
- GÓIS, P. (2006) *Emigração Cabo-verdiana para (e na) Europa e sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais: Lisboa, Milão, Roterão*. Lisboa, Portugal: ACIME.
- GRAÇA, C. Q. L. da (2007). *Cabo Verde: Formação e Dinâmicas Sociais*. Praia, Cabo Verde: Instituto da Investigação e do Património Culturais.
- LANG, J. (2001). Breve Esboço da Gramática do Crioulo da Ilha de Santiago (Cabo Verde). *Santa Barbara Portuguese, Studies*, 5, 228-254.
- LARANJEIRA, J. L. P. (1995). *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa, Portugal: Universidade Aberta.
- LIMA, A. R. (1992). *Reforma Política em Cabo Verde: Do Paternalismo a Modernização do Estado*. Praia, Cabo Verde: Edição do Autor.
- LOPES FILHO, J. (2003). *Introdução à Cultura Cabo-verdiana*. Praia, Cabo Verde: Instituto Superior de Educação de Cabo Verde.
- LOPES FILHO, J. (1996). *Ilha de São Nicolau: Formação da Sociedade e Mudança Cultural*. Lisboa, Portugal: Secretaria-Geral do Ministério da Educação.
- LOPES FILHO, J. (1995). *Cabo Verde: Retalhos do Quotidiano*. Lisboa, Portugal: Caminho.
- LOPES FILHO, J. (1981). *Cabo Verde: Subsídios para um Levantamento Cultural*. Lisboa, Portugal: Plátano.
- LOPES, J. V. (2001). As Origens Históricas da Reivindicação da Independência. *Cultura: Revista de Estudos Cabo-verdianos*, Numero Especial, 9-25.
- LOPES, M. (1979). *Os Flagelados do Vento Leste*. São Paulo, Brasil: Ática.
- MACHADO, C. A. (1999). *Cuidar dos Mortos*. Sintra, Portugal: Instituto de Sintra.
- MAUSS, M. (2011). *Ensaio sobre a Dádiva*. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- MENDES, A. (2012). *Viver a Morte em Santiago: Uma Abordagem Etnográfica*. Praia, Cabo Verde: Instituto de Investigação e do Património Culturais.
- MIRANDA, N. de (1963). *Compreensão de Cabo Verde*. Lisboa, Portugal: Junta de Investigações do Ultramar.
- MONTEIRO, C. A. (2003). *Manuel d Novas: Música, Vida, Cabo-verdianidade*. Mindelo, Cabo Verde: Edição do Autor.

- MOREIRA, A. (2014). Ligação de Cabo Verde à Europa. Em J. P. Delgado; O. B. Varela & S. Costa (Orgs.). *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)Leituras Contemporâneas* (pp. 285-287). Praia, Cabo Verde: ISCJS.
- MOREIRA, A. (2009). *O Novíssimo Príncipe: Análise da Revolução*. Coimbra, Portugal: Almedina.
- MOREIRA, A. (1964). *Batalha da Esperança*. Lisboa, Portugal: Livraria Bertrand.
- NÓBREGA, A. (2010). A Democracia em África. Em JANUS: *Anuário de Relações Exteriores* (pp. 130-131). Lisboa, Portugal: Universidade Autónoma de Lisboa.
- NÓBREGA, A. (2003). *A Luta Pelo Poder na Guiné Bissau*. Lisboa, Portugal: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- OSÓRIO, O. (1998). *Uma Literatura Nascente: A Poesia anterior à Claridade*. Em M. Veiga, (Coord.). *Cabo Verde: Insularidade e Literatura* (pp. 109-113). Paris, França: Editions Karthala
- PEIXEIRA, L. M. de S. (2003). *Da mestiçagem à Cabo-verdianidade: Registos de uma sociocultura*. Lisboa, Portugal: Edições Colibri.
- PEREIRA, D. A. (2011). *Das Relações Históricas Cabo Verde – Brasil*, Brasília, Brasil: Fundação Alexandre de Gusmão.
- PEREIRA, E. C. (2014). *Política e Cultura: as Revoltas dos Engenhos (1822), de Achada Falcão (1841) e de Ribeirão Manuel (1910)*. Praia, Cabo Verde: Imprensa Nacional.
- PINTO, J. F. (2012). Cabo Verde e a União Europeia: Da Parceria à Integração. Em F. Cristovão (Dir. e Coord.). *Ensaio Lusófonos* (pp. 193-204). Coimbra, Portugal: Almedina.
- REIS, J. A. dos (2008). As Políticas Públicas de Cabo Verde, no âmbito da integração na CEDEAO e da Estratégia Global de Desenvolvimento. Em I. Cabral & C. Furtado. *Os Estados-Nações e o Desafio da Integração Regional da África do Oeste: Caso de Cabo Verde* (pp. 83-95). Praia, Cabo Verde: Gráfica da Praia.
- RODRIGUES, M. (1997). *Cabo Verde, Festas de Romaria, Festas Juninas*. Mindelo, Cabo Verde: Edição do Autor.
- SANDOVAL, A. de (1927 [1627]). *Natureza Política, Sagrada y Profana, Costumbres y Ritos*. Sevilha, Espanha: Francisco Lira, 1927 [1627].
- SAINT-MAURICE, A. (1997). *Identidades Reconstruídas: Cabo-Verdianos em Portugal*. Lisboa, Portugal: Celta Editora.
- SENNA BARCELOS, C. J. (1899). *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. Lisboa, Portugal: Tipografia da Academia Real de Sciencias.
- SILVA, B. L. da (1957, dezembro). Mesa Redonda sobre o Homem Cabo-verdiano. *Cabo Verde: Boletim De Propaganda E Informação*, 99, 7-10.
- SILVEIRA, O. (2005). *A Democracia em Cabo Verde*, Lisboa, Portugal: Colibri.
- SILVEIRA, O. (1998). Cabo Verde: do Partido-Estado ao Partido do Estado. *Direito e Cidadania*, 1, 3, 151-159.
- SOUSA, J. S. (2012). *Amílcar Cabral (1924-1973): Vida e Morte de um Revolucionário Africano*. (2ª ed.). Lisboa, Portugal: Nova Veja.
- TOLENTINO, A. C. (2007). *Universidade e transformação social nos pequenos Estados em desenvolvimento: O caso de Cabo Verde*. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VENÂNCIO, J. C. (2009). *O Fato Africano: Elementos para uma Sociologia da África*. Recife, Brasil: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana.
- VARELA, O. (2014). Crítica da Razão Estatal: Uma Análise do Estado Moderno em África. Em J. P. Delgado; O. Varela & S. Costa. *As Relações Exteriores de Cabo Verde: (Re)Leitura contemporâneas* (pp. 15-47). Praia, Cabo Verde: Editora ISCJS.

WICK, A. (2012). A Nação no Pensamento de Amílcar Cabral. Em C. Lopes (Org.). *O Desafios Contemporâneos da África: O Legado de Amílcar Cabral* (pp. 69-106). São Paulo, Brasil: Unesp.

Breve nota biográfica das pessoas mencionadas no texto

ADÉLCIA PIRES, Presidente e Fundadora da Fundação Infância Feliz. Foi Primeira-dama de Cabo Verde (2001-2011), Dirigente da OPAD – Organização dos *Pioneiros Abel Djassi*.

AMARO DA LUZ, Foi Deputado nacional (1975 a 1977 e de 1985 a 1990), Ministro da Coordenação Económica do Governo de Transição (1975), Ministro das Finanças (1975-1977), Embaixador de Cabo Verde na ONU (1977-1983) e Governador do Banco de Cabo Verde (1983-1990).

AMÍLCAR SPENCER LOPES, Jurista. Foi Presidente da Assembleia Nacional (1991-1996), Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades (1996-1998), Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Cabo Verde nos Estados Unidos e Canadá (1998-2001), Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Ilha de São Nicolau (2004-2008).

ANDRÉ CORSINO TOLENTINO, Diplomata e investigador. Foi Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros (1975-1977), Embaixador de Cabo Verde em Portugal (1981-1984), Ministro da Educação (1984-1991), Diretor da Fundação Calouste Gulbenkian (2000-2006) e Consultor do Banco Mundial (1993-2013). Criou o Instituto da África Ocidental (2010) e é Administrador da Fundação Amílcar Cabral.

ANTÓNIO CORREIA E SILVA, Ministro do Ensino Superior Ciência e Inovação. Foi Reitor da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), Presidente da Comissão Nacional para a Instalação da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e Conselheiro Cultural do Presidente da República de Cabo Verde.

ANTÓNIO GERMANO LIMA (É docente na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e membro do Conselho Científico e do Conselho da Universidade (CONSU). Foi Subinspetor Escolar do Conselho da Boavista, Presidente da Comissão da UNESCO, Diretor-Geral dos Desportos e Diretor do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Informação, Cultura e Desportos;

ARNALDO FRANÇA, (†) Poeta, ensaísta. Foi docente no Instituto Superior de Educação (ISE), Diretor-Geral das Alfândegas, Secretário de Estado das Finanças e Ministro das Finanças. Fez parte do Movimento “Claridade”.

ARTUR MONTEIRO BENTO, Docente na Universidade Jean Piaget. Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

BARTOLOMEU VARELA, Jurista e docente na Universidade de Cabo Verde. Doutor em Ciências de Educação pela Universidade do Minho. Foi Inspetor-Geral e Secretário-Geral do Ministério da Educação, Administrador Geral da Uni-CV. Investigador do Centro de Investigação em Educação (CIED) - Universidade do Minho. Membro Fundador da Cátedra Amílcar Cabral (CAC) e da Cátedra Baltazar Lopes da Silva.

CARLOS REIS, É Presidente da Fundação Amílcar Cabral (FAC). Foi Ministro da Educação (1975-1981), Ministro-adjunto do Primeiro-Ministro e Embaixador de Cabo Verde em Lisboa (1986-1989).

CARLOS VEIGA, Deputado Nacional. Foi Primeiro-Ministro de Cabo Verde (1991-2000), Diretor-geral da Administração Interna e Procurador-Geral da República e Presidente do MpD.

CÉSAR MONTEIRO, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Cabo Verde na República do Senegal. Foi docente na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e no Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS).

CLÁUDIO FURTADO, Professor na Universidade Federal da Baía. Foi Presidente da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa. É membro do Comité Executivo do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA).

CORSINO FORTES, (†) Jurista. Foi Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Cabo Verde em Portugal (1975-1981) e em Angola (1986-1989), Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro e Secretário de Estado e Ministro da Justiça (1989-1991). Foi Presidente da Academia Cabo-verdiana de Letras.

CRISPINA GOMES, Foi Vice-presidente da Mesa da Assembleia e Presidente de Comissões Especializadas. Foi combatente da Liberdade da Pátria e membro fundador da Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV).

CRISPINA GOMES, Foi Vice-presidente da Mesa da Assembleia e Presidente de Comissões Especializadas. Foi combatente da Liberdade da Pátria e membro fundador da Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV).

DANIEL RENDALL, Foi Funcionário dos Serviços de Administração Civil e Fiscal do Trabalho no Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social, Adjunto do administrador de posto (3.º oficial. Autor da letra “Cabral Ka Morri”.

DAVID HOPFFER ALMADA, Advogado. Foi Ministro da Justiça (1975-1986) e da Informação, Cultura e Desportos (1986-1990), Deputado à Assembleia Nacional (1981-1996 e 2006-2011). Membro fundador da Associação de Escritores Cabo-Verdianos, da Sociedade Cabo-Verdiana de Autores, da Academia Cabo-Verdiana de Letras.

EDUARDO CAMILO PEREIRA, Docente na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV).

EDUARDO JORGE SILVA, Diplomata. Coordenador do Secretário Executivo da Parceria Especial Cabo Verde – União Europeia.

ÉRICO VERÍSSIMO RAMOS, Arquitecto e empresário de construção civil. Foi Director-Nacional de Informação (1975-1976). Projetista da bandeira, brasão de armas, notas e moedas da Primeira República (1975-1991).

EUFÉMIA VICENTE ROCHA, Docente na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e investigadora do Centro de Investigação em Género e Família (CIGEF).

EUTRÓPIO LIMA DA CRUZ, Músico, ensaísta e ficcionista. Foi Director-geral da Animação Cultural, Presidente da Câmara Municipal da Boavista, Deputado nacional e Director do Gabinete do Ministro das Finanças e Planeamento. Foi ainda Secretário-Geral da Assembleia Nacional.

FÁTIMA BETTENCOURT, É contista e cronista. Foi professora do Ensino Primário em Portugal, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola e professora do ciclo preparatório em Cabo Verde. Foi Directora do Departamento de Informação e Relações Exteriores da OMCV e assumiu as funções de técnica de Produção radiofónica na Rádio Educativa de Cabo Verde.

FILOMENA DELGADO, Presidente da Assembleia Municipal da Câmara Municipal da Praia (CMP). Foi Vice-presidente da Comissão Especializada da Educação, Cultura, Juventude e Desporto (1997-2000) e Ministra da Educação (2001).

GABRIEL FERNANDES, Reitor da Universidade de Santiago (US). Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

GEORGINA MELLO, Directora Geral da CPLP. Foi Directora Geral do Comércio, Conselheira do Primeiro-Ministro, Funcionária do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital (UNDCF) e do Escritório das Nações Unidas de Combate à Desertificação e à Seca (UNSO) (1991-

1995), da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) (2005-2006), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) (2007-2008). Administradora Comercial da TACV (2008-2012).

Germano Almeida, Escritor e advogado. Foi magistrado do Ministério Público e Deputado nacional, cofundador e codiretor da *Revista Ponto & Vírgula* e coproprietário do *Jornal Agaviva* e cofundador da Ilhéu Editora.

HERMÍNIA CURADO FERREIRA, Escritora. Foi membro da Direcção da Associação de Escritores de Cabo Verde, Deputada nacional, Secretária da Mesa da Assembleia Nacional, Presidente da Rede de Mulheres Parlamentares.

HERMÍNIO MONIZ, Diplomata. Conselheiro de Embaixada, Direcção Nacional de Assuntos Políticos e Cooperação, Ministério das Relações Exteriores (MIREX) de Cabo Verde.

HUMBERTO CARDOSO, Deputado pelo MpD. Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Media Comunicações.

IVA CABRAL, Reitora da Universidade Lusófona. Coorganizadora dos três volumes da História Geral de Cabo Verde.

JACINTO SANTOS, É empresário e presidente do Centro de Inovação e Tecnologia de Intervenção para o Habitat (Citi-Habitat). Foi Técnico de Desenvolvimento de Cooperativas (1975-1989). Foi um dos fundadores e Deputado nacional pelo MpD (1989-2000). Fundou em 1999 o Partido de Renovação Democrática (PRD), concorrendo às eleições presidenciais de 2001.

JAILSON VALDIQUE LOPES, Docente na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Investigador do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO).

JOÃO LOPES FILHO, Docente na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Ganhou o Prémio de Melhor Investigador dos últimos 40 anos em Cabo Verde atribuído em Julho de 2015 no âmbito das comemorações dos 40 anos da Independência Nacional de Cabo Verde. Ganhou ainda o Prémio de Literatura *Sonangol* 2010 e o Troféu Prestígio “AI-UE” – Etnografia Africana (1992).

JOAQUIM AUGUSTO GOMES, Técnico Parlamentar, Divisão de Relações Públicas e Internacionais, Direcção de Relações Internacionais da Assembleia Nacional de Cabo Verde.

JOSÉ CARLOS GOMES DOS ANJOS, Professor na Universidade Federal Rio Grande do Sul. Foi Coordenador do Curso de Doutoramento em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV).

JOSÉ EDUARDO BARBOSA, É diplomata. Foi deputado pelo PAICV (1975-1996) e embaixador de Cabo Verde no Brasil, Argentina e Itália. Representante Permanente Adjunto de Cabo Verde no Conselho de Segurança. Foi Secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Diretor-geral dos Assuntos Económicos e Políticos, Presidente dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos. Primeiro Secretário de Mesa da Assembleia Nacional Popular e Vice-Presidente da União Interparlamentar.

JOSÉ MARIA SEMEDO, Geógrafo e ambientalista. Docente na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Diretor do Centro de Investigação em Desenvolvimento e Ordenamento do Território (CIDLOT) e do SIG-Risco - Centro de Estudos Geográficos.

LOURENÇO GOMES, Docente na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Membro do Conselho Científico da Uni-CV e coordenador da licenciatura e mestrado em História.

LUÍS FONSECA, Foi Combatente da Liberdade e Pátria e Deputado pelo PAICV (1975-1987), Embaixador de Cabo Verde na URSS, nos EUA, na Áustria e Holanda e Secretário Executivo da CPLP (2004-2008).

MANUEL BRITO SEMEDO, Docente na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Foi Diretor Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

MANUEL FAUSTINO, É Chefe da Casa Civil da Presidência. Foi Ministro da Educação (1974-1975), da Saúde e Assuntos Sociais (1975-1979) e da Educação (1991-1994).

MANUEL VEIGA, É docente na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Foi responsável pelo Departamento de Linguística do Ministério da Educação, Diretor-geral da Cultura; Diretor-geral do Património Cultural, Presidente do Instituto Nacional da Cultura e Ministro da Cultura. É membro do Comité Internacional dos estudos crioulos. De 2012 a 2015 assumiu as funções de Diretor da Cátedra Amílcar Cabral (CAC – Uni-CV).

MARIA DAS DORES SILVEIRA, Foi fundadora e Secretária-Geral da OMCV (1974-1981), Diretora Regional de Assuntos Sociais (1975-1976) e funcionária do Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade (1974-1981). É desde 1965 militante do PAIGC.

MARINA RAMOS, Foi Diretora da Escola Industrial e Comercial do Mindelo, Diretora-geral do Ensino, docente na Escola Superior de Educação (ESE), na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e na Universidade do Mindelo (Uni-Mindelo), tendo assumido as funções de Presidente do Conselho Científico.

MÁRIO LÚCIO, Ministro da Cultura, Foi Deputado nacional (1996-2001) e Conselheiro Cultural junto do Ministro da Cultura (1992).

OLÍVIO PIRES, Antigo Combatente da Liberdade e Pátria, Vice-Presidente da Assembleia Nacional (1975-1985) e Deputado nacional pelo PAICV (1975-1995).

ONDINA FERREIRA, Foi Ministra da Cultura e da Comunicação (1993-1994), da Administração Pública e dos Assuntos Parlamentares (1994-1996), da Educação e do Desporto (1995-1996). Foi Diretora Executiva do IILP (2001-2004) e Deputada nacional pelo MpD.

ONÉSIMO SILVEIRA, Escritor. Doutorado em Ciências Políticas na Universidade de Uppsala. Foi Presidente da Câmara Municipal de São Vicente. É funcionário reformado da ONU.

OSVALDO AZEVEDO, Antigo combatente da Liberdade e Pátria. Integrou as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). Trabalhou na imprensa do partido, nomeadamente no *Jornal Voz do Povo*.

OSVALDO LOPES DA SILVA, Foi Ministro da Economia e das Finanças (1977-1986), dos Transportes, Comércio e Turismo (1986-1990), Comandante de artilharia. Foi membro da Direção do PAIGC em Cabo Verde. Participou nas negociações do processo de independência descolonização de Cabo Verde, tendo chefiado a Delegação que negociou o contencioso colonial.

OSWALDO OSÓRIO, Poeta, contista, dramaturgo e ensaísta. Foi encarregado de laboratório na Junta Autónoma dos Portos e chefe de secretaria da Rádio Barlavento em São Vicente. Presidente da Comissão Organizadora dos Sindicatos de Cabo Verde, quadro da Direcção-Geral da Cultura e, posteriormente, do Instituto Cabo-verdiano do Livro. É sócio fundador da Associação da Associação de Escritores Cabo-verdianos, e sócio honorário da Associação Cultural das Ilhas Atlânticas (ACIA). Foi um dos dinamizadores da página literária *Seló*.

PEDRO GREGÓRIO LOPES, Arquiteto. Licenciado em arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes – Porto. Autor da bandeira nacional de Cabo Verde.

PEDRO PIRES, Assinante da Declaração de Independência de Cabo Verde. Foi Primeiro-Ministro (1975-1991), Presidente da República de Cabo Verde (2001 a 2011). Presidente do PAICV. É Presidente e fundador do Instituto Pedro Pires para Liderança (IPP).

RODRIGO CORREIA FERNANDES (Lú di Pala), Designer. Autor da pintura de Amílcar Cabral impressa nas notas emitidas pelo Banco Central de Cabo Verde (1975-1991). Responsável pela elaboração do brasão da Polícia de Ordem Pública (POP) em 1981.

SEVERINO ALMEIDA, Diplomata e docente no Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS).

TOMÉ VARELA DA SILVA, É ensaísta, poeta e contista, sócio fundador da Associação de Escritores Cabo-verdianos. Foi responsável do Departamento de Tradições Orais da Direcção Geral a Cultura, Deputado nacional, membro da Comissão Nacional para a Língua Cabo-verdiana e da Comissão Nacional sobre o Acordo Ortográfico, Conselheiro do Presidente da República, Chefe da Casa Civil do Presidente da República.

VERA DUARTE, Juíza Desembargadora. Foi Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania, Vice-Presidente da Cruz Vermelha de Cabo Verde. Foi Vice-Presidente da Comissão Africana para os Direitos dos Homens e dos Povos. Em 1995 foi galardoada com o Prémio Norte-Sul de Direitos Humanos.